



**STRUP** – Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Portugal/CGTP-IN

---

## **INFORMAÇÃO AOS SÓCIOS**

Em Portugal vivem-se momentos de grande expectativa, sobre o presente e o futuro, seja ele o mais imediato, ou o mais distante, por força de uma pandemia que se instalou praticamente em todos os países. O STRUP jamais esquecerá que uma grande parte dos trabalhadores portugueses estão ainda hoje sujeitos a momentos de incerteza sobre o seu futuro socio-laboral. Trabalhadores esses que apesar disso mantêm uma postura altruísta na prestação do seu trabalho seja ele de caráter público ou privado.

**Assim chamamos à atenção para os cuidados que devem ter no desempenho das vossas funções:**

- **Utilização de álcool/gel desinfetante**
  - **Sempre que possível uso de luvas descartáveis**
  - **Manter o distanciamento social**
  - **Quanto tossir ou espirrar faça-o para o antebraço**
  - **Utilize lenços descartáveis, e faça apenas uma utilização do mesmo**
- Todas estas medidas foram fornecidas pela Direcção Geral de Saúde (DGS) e podem ser consultas através do site [www.dgs.pt](http://www.dgs.pt)**

No contexto jurídico ou laboral a questão mais premente, prende-se com a obrigatoriedade do gozo dos períodos de férias por parte das entidades patronais e sobre essa matéria informamos o seguinte:

**Direito às Férias-** As empresas não podem impor o gozo de férias aos trabalhadores que têm de ficar em casa com os filhos em isolamento social devido à pandemia provocada pelo novo coronavírus. A regra geral é: as férias são marcadas por acordo entre empregador e trabalhador. Portanto, a empresa não pode impor. Na falta de acordo, a lei permite que seja o empregador a definir as férias, mas a entidade patronal está sujeita a uma limitação temporal. Sem acordo, o empregador só pode fixar as férias entre 01 de maio e 31 de outubro. A finalidade das férias dificilmente é compatível com esta situação de pandemia porque o objetivo das férias é a recuperação física e psíquica do trabalhador, o que pressupõe poder descansar, ter liberdade para circular, finalidade que não é atingida na situação em concreto. Esta é a regra geral prevista no Código do Trabalho, que poderá, no entanto, ser diferente se outro regime estiver previsto em instrumento de regulamentação coletiva, como um Acordo de Empresa (AE) ou contrato coletivo. Segundo o Código do Trabalho, na falta de acordo, o empregador do setor do turismo está obrigado a marcar apenas 25% do período de férias entre 01 de maio e 31 de outubro, podendo assim os restantes 75% serem marcados fora do período convencional.

**Assim, o STRUP manifesta a sua solidariedade para com todos os trabalhadores que neste momento crítico continuam a ter de exercer as suas funções, mostrando assim a sua total disponibilidade para o que os trabalhadores em geral e os nossos sócios em particular entendam por necessário. Estaremos sempre presentes na defesa dos direitos dos trabalhadores, apelamos assim à consulta de toda a informação no nosso site [www.strup.pt](http://www.strup.pt), páginas das redes sociais e principalmente através do contacto direto com os nossos Dirigentes e Delegados Sindicais. Iremos atualizar esta informação sempre que se revelar necessário em função da evolução do contexto e das orientações que vierem a ser transmitidas, pelas entidades responsáveis.**

Lisboa, 22 de Março de 2020

A Direcção